



**VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL:
ESTRATÉGIAS EXTENSIONISTAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO NO
CONTEXTO ESCOLAR**

Wilmar Ferreira Neves Neto¹

Fabiane Barbosa Martins²

Francisco Lopes da Silva³

Kalíbia Marasca de Souza⁴

Rejane Silva de Paula Rocha⁵

Cíntia de Sousa Carvalho⁶

Resumo: Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual podem ter a saúde física e mental prejudicadas pelo resto da vida. Apesar disso, a violência sexual é o delito menos denunciado pelas famílias, devido ao medo da dissolução dos núcleos familiares caso o fato seja descoberto. Além disso, muitos profissionais em contato com as vítimas, como os da área da educação, também não denunciam por falta de preparo para lidar com essas questões. Assim, as estatísticas não conseguem ser fiéis, porque a maioria dos casos envolvendo crianças e adolescentes dificilmente são relatados. Um silêncio que está ligado a sentimentos como a vergonha, o medo e a culpa. Diante disto, a subnotificação se torna um grande problema para os pesquisadores e profissionais da área, visto que os dados estatísticos são de grande valia na construção de políticas públicas voltadas para o seu enfrentamento. A partir dessa discussão, o presente trabalho objetivou apresentar a intervenção extensionista realizada em uma escola pública da cidade de Mineiros/GO, tendo como foco o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Para isso, a intervenção extensionista contou com uma extensa revisão bibliográfica especialmente ligada aos temas: infância, sexualidade, gênero e violência sexual. Bem como, a realização de um diagnóstico institucional para entender como a violência ultrapassa o contexto escolar. Com isso, criamos oficinas e uma

¹ Acadêmico do curso de Psicologia pela UNIFIMES. E-mail: wilmar2012_@outlook.com

² Graduada em Pedagogia pela UNIFIMES.

³ Acadêmico do curso de Psicologia pela UNIFIMES.

⁴ Acadêmica do curso de Psicologia pela UNIFIMES.

⁵ Acadêmico do curso de Psicologia pela UNIFIMES.

⁶ Pós-doutoranda no Programa de Pós Graduação em Psicologia pela UFPA. Docente Efetiva pela UNIFIMES.

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021

cartilha educativa em formato E-book com foco na prevenção e enfrentamento da violência sexual infantil.

Palavras-chave: 1. Abuso sexual 2. Autoproteção 3. Violência Intrafamiliar

INTRODUÇÃO

Ainda que o abuso sexual contra crianças e adolescentes seja um tema que venha ganhando visibilidade e discussão dentro da sociedade como um todo, é possível perceber a necessidade de esclarecer muitas dúvidas advindas da falta de informação e despreparo da comunidade, dos profissionais e da própria família para lidar com as vítimas. Segundo dados do Programa Sentinela, o abuso ocorre em ambientes intrafamiliares e extrafamiliares. Nos casos intrafamiliares as ocorrências são maiores em famílias de baixa renda, baixo nível de escolaridade e com maior número de residentes na mesma habitação, apontando padrastos, pais e cunhados como principais agressores. Já em ambientes extrafamiliares, namorados e desconhecidos foram registrados como principais agressores, e, em ambos, as principais vítimas são crianças e adolescentes do sexo feminino com idade de 09 a 14 anos (BAPTISTA; FRANCA; COSTA; BRITO, 2008).

Um dos primeiros ambientes sociais que a criança passa a frequentar é a escola. Com base nisso, entende-se a necessidade de tratar essa temática dentro da sala de aula, visando a prevenção, bem como capacitar toda a equipe para lidar com questões relacionadas ao gênero, sexualidade e suas implicações.

Vivemos num cenário bastante preocupante em termos da violação de direitos sexuais no Brasil, mesmo após o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 1990. De acordo com o Disque 100, do Ministério dos Direitos Humanos - dispositivo que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações dos direitos fundamentais -, num balanço entre os anos de 2011 e 2017, cerca de 161.390 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescentes foram realizadas.

Ainda de acordo com o Disque 100⁷, dos 13 tipos de violência especificados, a violência sexual encontra-se na quarta posição no ranking que compara os números de

⁷ <http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/disque-100>

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021

denúncias (antecedida por negligência, violência psicológica e violência física). Assim, no ano de 2014, 25% das denúncias referiam-se à violência sexual. Também neste ano, a maior parte das vítimas foram do sexo feminino (47%), com faixa etária entre 08 e 14 anos (40% das denúncias). No que diz respeito aos suspeitos constam pessoas do próprio grupo familiar, sendo que tais abusos ocorreram prioritariamente na casa da vítima ou do suspeito (cerca de 40% das denúncias). Em última análise, o que estes dados propõem é que tal violência geralmente é impetrada por autor conhecido da vítima. Além disso, há uma questão de gênero fundamental neste cenário, visto que as meninas são mais violadas que os meninos.

A partir dessa discussão, o presente trabalho objetivou apresentar a intervenção extensionista realizada em uma escola pública da cidade de Mineiros/GO, tendo como foco o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A intervenção proposta ocorreu no cenário pandêmico, assim, apresenta ações que mesmo mediadas por tecnologias, puderam impactar a realidade das violações.

METODOLOGIA

A cidade em que foi realizada a intervenção está situada no interior do estado de Goiás e, de acordo com os dados do IBGE referente ao ano de 2017, a estimativa é de que sua população total seja de aproximadamente 62.750 habitantes. Nesse contexto, 71 casos de violência sexual foram notificados no período de 2017 a 2019/1 segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás. O abuso sexual faz parte dos gargalos da saúde pública do município, visto que traz consequências para a saúde mental das vítimas e, por consequência, impede o desenvolvimento da cidade se entendermos os traumas como barreiras que podem fragilizar a potência criativa e de vida dos seres humanos.

A intervenção extensionista aqui apresentada contou com uma extensa revisão bibliográfica especialmente ligada aos temas: infância, sexualidade, gênero e violência sexual. Posteriormente foi realizado um diagnóstico institucional por meio do questionário abaixo, respondido pelos funcionários da escola pública que foi alvo desta intervenção.

Figura 1: Diagnóstico Institucional

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE MINEIROS - UNIFIMES
PRÓ REITORIA DE ENSINO, DE PESQUISA E DE EXTENSÃO -
PROEPE
DIRETORIA DE EXTENSÃO, ASSUNTOS COMUNITÁRIOS,
ESTUDANTIS E CULTURAIS - DEACEC

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021



Nome do projeto: Experiências sexuais violentas na infância: estratégias de enfrentamento na cidade de Mineiros/GO.

Responsável: Dra. Cíntia de Sousa Carvalho

Questionário

1- Alguma vez, mesmo que de forma indireta, algum aluno(a) já relatou sofrer abuso sexual em casa?

Sim ()

Não ()

2- Você já observou ou ouviu falar de crianças tendo contato íntimo dentro do ambiente escolar em que você trabalha?

Sim ()

Não ()

3- Você concorda que a educação sexual nas escolas ajudaria no combate aos crimes sexuais infantis?

Sim ()

Não ()

4- A Secretaria de Educação de Mineiros/GO já promoveu aos funcionários da escola algum evento (palestras, minicursos, rodas de conversas), como forma de capacitação para lidar com possíveis relatos de abuso sexual sofrido pelas crianças?

Sim ()

Não ()

5- Você acredita que as crianças que sofreram abuso sexual apresentam comportamentos diferenciados? Se sim, quais?

6- Se uma criança revela a você que está sendo abusada sexualmente, como você acha que reagiria?

() repúdio

() desconfiança

() desespero

() tenta encontrar veracidade no relato

() denúncia

7- Você conhece os procedimentos de denúncias e notificações aplicadas pela escola e os demais órgãos responsáveis em casos de violência sexual contra crianças? Se sim, quais?



UNIFIMES
Centro Universitário de Mineiros



PESQUISA
UNIFIMES

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar e II Feira de Empreendedorismo da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021

Fonte: Autoria própria pelos extensionistas.

Este instrumento teve como intuito compreender a cultural institucional, bem como analisar como a violência sexual infantil interfere no cotidiano da instituição escolar. O caminho de um diagnóstico da realidade está calcado na ideia de que:

A escola é um espaço de relações. Neste sentido, cada escola é única, fruto de sua história particular, de seu projeto e de seus agentes. Como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de representações sociais. Como instituição social ela tem contribuído tanto para a manutenção quanto para a transformação social. Numa visão transformadora ela tem um papel essencialmente crítico e criativo. (GADOTTI, 2007, p. 1).

Após a realização do diagnóstico institucional, já no contexto da pandemia da COVID-19, as oficinas presenciais previstas foram transformadas em atividades impressas que seriam entregues pela escola aos alunos e que seriam respondidas pelos alunos juntamente com seus pais. No entanto, após ampla reflexão com a escola e cientes da delicadeza do tema em questão, decidimos não enviar as atividades para casa, mas transformá-las em um material didático de suporte para o professor. Assim, no contexto presencial os educadores poderão utilizar das atividades deste e-book (Link para acesso: https://drive.google.com/file/d/1JsHrXFIJH02gcGpm_w7e3HeaSsWmCUbr/viewusp=sharing) para fomentar a discussão do tema em sala de aula.

A metodologia descreve de forma clara e consistente os procedimentos utilizados para atingir os objetivos do trabalho e consequentemente obter os resultados esperados. Os esclarecimentos dos detalhes da pesquisa devem garantir que os colaboradores tenham perfeita compreensão dos critérios adotados em cada etapa da pesquisa.

Mas, para que os professores pudessem minimamente sentirem-se aptos a enfrentarem essa questão, foram produzidas duas oficinas on-line para a discussão do tema por meio de rodas de conversa. Foram feitos questionários para podermos trabalhar em cima das dúvidas dos professores, esclarecendo-as.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Violência sexual, marcos legais e o papel do psicólogo

Baptista e outros (2008) apontam o abuso como uma questão de ordem pública e que os números de casos aumentam por falta de iniciativas de enfrentamento. Eles afirmam que o abuso se estabelece em uma relação de poder e autoridade, em que o limite da vítima não é respeitado – principalmente quando se trata do ambiente intrafamiliar –, onde a hierarquia patriarcal (de gênero e idade) se torna mais acentuada, favorecendo a crença do abusador de que tem direito de controle sobre o outro. Vários autores relatam que esse fenômeno é reforçado pela presença de um grau de complacência social na nossa cultura, bem como por uma ideologia de gênero que aloca o homem branco, heterossexual, cristão num lugar de poder em todas as esferas da vida (BONFANTI; GOMES, 2018).

Podemos perceber a partir dos dados apontados pela literatura que as vítimas de abuso sexual infantil geralmente são do sexo feminino em sua maioria (SERAFIM et al, 2011). É possível inferir que o abuso sexual é um mecanismo de controle da sexualidade feminina, uma ferramenta cultural que se retroalimenta respaldada pela cultura patriarcal.

À mulher cabe servir ao homem, trabalhando em casa e criando os filhos, enquanto o homem é o chefe da casa, responsável financeiramente pela família (BONFANTI; GOMES, 2018). Ainda segundo os autores, tais representações contribuem para naturalizar o exercício de dominação do homem sobre a mulher, bem como o abuso sexual, que deve ser compreendido como produto de uma ideologia de gênero. Os papéis sociais historicamente atribuídos a cada gênero colocam o feminino e o masculino em posições desiguais de poder, política e economicamente. Vários discursos presentes nas mídias buscam justificar a violência a partir das condutas esperadas socialmente para cada gênero. Associado a isso, quando se trata de violência no âmbito intrafamiliar, o vínculo entre abusador e vítima favorece o silenciamento da revelação devido ao sentimento de culpa muito evidenciado nas falas de crianças abusadas (SERAFIM et al, 2011).

A violência sexual é o delito menos denunciado pelas famílias, devido ao medo da dissolução dos núcleos familiares caso o fato seja descoberto. As estatísticas não conseguem ser fiéis, porque a maioria dos casos envolvendo crianças e adolescentes dificilmente é relatada devido a vergonha, ignorância, sentimento de culpa, além desses fatores, alguns profissionais relutam em reconhecer e relatar o

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021

abuso sexual. Quando a vítima resolve quebrar o silêncio, vários elementos são levados em consideração, tendo em vista a complexidade da violência e a quem ela afeta. Muitas das vezes, a pessoa a que recebe a revelação do abuso se cala diante do fato, não notificando. Diante disto, a subnotificação se torna um grande problema para os pesquisadores e profissionais da área, visto que os dados estatísticos são de grande valia para que se construa políticas públicas voltadas para o enfrentamento. (SANTOS e DELL'AGLIO, 2010).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) preconiza e determina que a organização da política de atendimento será feita através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Além disso, estabelece que o atendimento deve ser organizado por meio de políticas sociais básicas; programas de assistência social e serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

Em 2006, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Sentinela se insere como serviço do Centro de Referência Especial de Assistência Social, obedecendo às Normas Operacionais Básicas da Política Pública de Assistência Social, e passou a se chamar Serviço de Enfrentamento à Violência, Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. Atualmente, denomina-se Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas famílias, e destina-se ao atendimento de situações de violência física, psicológica, sexual e de negligência grave contra crianças e adolescentes (CFP, 2009).

Visto a origem e estruturação de uma parte da rede de proteção, crianças e adolescentes abusados sexualmente e suas famílias são um dos públicos que necessitam da Proteção Social Especial oferecida pelo CREAS. O psicólogo junto aos seus conhecimentos técnico-científicos ganha um local de atuação tendo como referência técnica um dos serviços especializados oferecidos no CREAS para níveis de complexidade média, em que o vínculo familiar ainda não foi rompido. Nesse viés, o psicólogo tem a função de dar atendimento psicossocial a crianças e adolescentes em situação de violência sexual no âmbito da política de assistência social com base na intervenção terapêutica primária que concebe o sujeito em sua totalidade. Isto é, o atendimento às vítimas de violência deve ser multidisciplinar e em rede, o que caracteriza a atenção psicossocial, e o

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021



psicólogo tem importante papel nesses casos (CFP, 2009). Ele deve atuar de modo a promover o desenvolvimento, a autoestima e o convívio social por meio de atividades psicoeducativas realizadas com pequenos grupos (NEVES et al, 2010).

Entretanto, não é isso que vemos em algumas situações que utilizam, por vezes, intervenção punitiva primária cujo foco está no agressor e por isso pode resultar em um processo de revitimização da vítima ou a intervenção primária protetora que foca apenas na criança como vítima, sem considerar os fatores contextuais. Dessa forma, é preciso que o atendimento seja em rede e multidisciplinar. Segundo Neves et al (2010, p.106) “uma rede de apoio social é um conjunto de sistemas e pessoas que a criança entende como relacionamentos de apoio e tem início com o acolhimento da denúncia do abuso sexual”. A rede de apoio à vítima de violência sexual é formada, então, pela Rede de Proteção Social e no Sistema de Garantia de Direitos, como o Ministério Público e Conselhos Tutelares e pelo SUAS (CFP, 2009).

Os serviços especializados devem ser ofertados para crianças, adolescentes e famílias em situação de violência sexual que estão com seus direitos violados como forma de protegê-los e assegurar esses direitos. No Brasil, os direitos à dignidade da pessoa humana e ao exercício da cidadania estão garantidos pela Constituição de 1988. No caso da população infanto-juvenil, esse direito está assegurado na Lei nº. 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse instrumento legal, no artigo 13, preconiza a obrigatoriedade de notificações dos casos, mesmo que suspeitos, de maus tratos. O artigo 245 estabelece a pena de multa para o profissional de saúde que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

A revelação de um caso de abuso sexual pode surgir, no entanto, espontaneamente no consultório clínico e nesse momento é essencial que o psicólogo atue conforme o Código de Ética Profissional do Psicólogo, rompendo o sigilo do paciente para realizar a notificação da violência. Entretanto, é comum que eles sintam medo e tenham receio em notificar a revelação do abuso. (SANTOS e DELL'AGLIO, 2010).

O abuso sexual acarreta uma série de consequências na vida adulta destas crianças e adolescentes vítimas, problemas psicológicos, prejuízos causados à saúde mental e na vida sexual adulta. A formação continuada e a

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021



qualificação dos profissionais, bem como um sistema estruturado na rede de proteção, faz com que tenha maior abrangência e eficácia desenvolvendo assim, modelos que possam oferecer suporte para as vítimas e fortalecer vínculos necessários para um desenvolvimento psicossocial adequado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é a principal agente social capaz de transformar sujeitos, para que possam influenciar no exercício de cidadania e realizar mudanças através da criticidade e reflexão sobre tudo o que ocorre na sociedade. Sua importância corresponde a uma grande responsabilidade, que vai além do ensino e aprendizagem, pois é a partir desse espaço que muitas problemáticas da comunidade são expostas, dialogadas e solucionadas. Não obstante, a escola pode ser o espaço de proteção das infâncias perante as atrocidades a que está sujeita.

O abuso sexual carrega em suas raízes várias consequências para construção e desenvolvimento da criança, ou seja, a vastidão do trauma não guarda a proporção em comparação ao abuso sofrido, são feridas que podem ser tratadas, mas em alguns casos os resultados podem ser alcançados ou não (SAFFIOTI, 2015). A infância roubada não deixa apenas marcas no corpo que cicatrizam com o tempo, mas na alma onde torna-se o cárcere privado de tortura que brota lembranças doloridas e que atua “[...] profundamente, sobre o coração, o intelecto, a vontade, as disposições”. (FOUCAULT, 2014, p. 21).

Neste sentido, o presente trabalho objetivou apresentar a intervenção extensionista realizada em uma escola pública da cidade de Mineiros/GO, tendo como foco o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Devido à pandemia, a ação extensionista produziu um e-book e rodas de conversa on-line com professores visando o enfrentamento da violência sexual.

Percebe-se, a importância de trabalhar o assunto em sala de aula e de haver um preparo ao se deparar com as revelações das crianças e adolescentes vítimas desses crimes. Pois, o modo como o adulto aborda e acolhe tais revelações pode chegar a silenciar os fatos. O pacto de silêncio dificulta o desenvolvimento de propostas que auxiliam na intervenção, prevenção e denúncia das violações dos direitos das crianças: “Quando não falamos de gênero e sexualidade na escola com as crianças, não as

V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes

17, 18 e 19 de maio de 2021

protegemos, pelo contrário, protegemos seus agressores, protegemos a família violenta”.
(BONFANTI & GOMES, 2018, p.120).

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Rosilene Santos et al. **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela**. Acta Paul Enferm, 2008, 602-8.
- BRASIL, Conselho Federal de Psicologia. **Serviço de proteção social a crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias: referências para a atuação do psicólogo. 2009.**
- BRASIL. **Conselho Federal de Psicologia e a prática da escuta especial de crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso ou exploração sexual**. 2015. Disponível em: <<https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Parecer-CFP-Escuta-Especial-de-Crian%C3%A7as-e-Adolescentes1.pdf>> Acesso em: 12 out. 2019.
- BRASIL, Câmara dos Deputados. **Estatuto da Criança e do Adolescente - LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=E%20%C3%80%20SA%20%C3%9ADE,Art.,em%20condi%C3%A7%C3%B5es%20dignas%20de%20exist%C3%Aancia>. Acesso: 19/11/2020.
- BONFANTI, Ana Letícia; GOMES, Aguinaldo Rodrigues. **A quem protegemos quando não falamos de gênero na escola?** Salvador: Periódicus, n. 9, v. 1. 2018.
- FOUCALT, Michel. **Vigiar e Punir**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- GADOTTI, Moacir. **A escola e o professor: Paulo Freire e a paixão de ensinar**. 1. ed. – São Paulo: Publisher Brasil, 2007.
- NEVES, Anamaria Silva et al. **Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares**. Temas psicol., Ribeirão Preto, v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413389X2010000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 04 dez. 2019.
- SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. **Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil**. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 328-335, Aug. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822010000200013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 07 dez. 2019.
- SAFFIOTI, Heleith. **Gênero, patriarcado, violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SERAFIM, Antônio de Pádua et al. **Dados**

**V Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar
III Congresso Nacional de Pesquisa Multidisciplinar
e II Feira de Empreendedorismo
da Unifimes**

17, 18 e 19 de maio de 2021



demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Rev. psiquiatr. clín., São Paulo, v. 38, n. 4, p. 143-147, 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010160832011000400006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25 out. 2019.